

Qualidade de vida ameaçada

Edilson Rodrigues



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR APRESENTADO NA CÂMARA LEGISLATIVA PERMITE A CONSTRUÇÃO DO SEGUNDO PAVIMENTO NAS CASAS DA VILA PLANALTO: MUDANÇA DE GABARITO AGRIDE TOMBAMENTO

Atualmente, seis planos estão em vigor no Distrito Federal. Além do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), aprovado em 1997, as cidades de Sobradinho, Taguatinga, Candangolândia, Ceilândia e Samambaia já têm o seu conjunto de normas. As 19 regiões administrativas restantes ainda não dispõem do planejamento territorial aprovado.

Os projetos estão em elaboração pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e devem ser enviados à Câmara ainda este semestre. Os distritais esperam já para os próximos dias os PDLs de Planaltina, Gama e Águas Claras. Cientes da importância dos planos, eles têm pressionado o Executivo para que conclua os demais.

“Os planos diretores regulamentam o crescimento das cidades e impedem invasões sem controle. Tudo fica dentro das normas corretas e não há prejuízos à qualidade de vida da população”, argumenta o vice-presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB). “A ausência de PDLs tem causado grandes prejuízos ao controle da ordem urbana, à proteção do meio ambiente e, conseqüentemente, à população do Distrito Federal”, concorda o deputado distrital Chico Leite (PCdoB).

O parlamentar apresentou há um mês uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) por Omissão, com pedido de que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal determine ao governador Joaquim Roriz o envio dos PDLs à Câmara Legislativa. O processo foi distribuído ao desembargador Estevam Maia, em 25 de março. Mas ainda não há decisão.

Na ocasião, no entanto, Chico Leite afirma não ter cogitado que a medida poderia beneficiar distritais interessados em atender bases eleitorais ou alterar a destinação de áreas para beneficiar empresários. Detalhe apontado por um próprio peemedebista. “Como as discussões dos PDLs acontecem a partir de audiências públicas, será possível apresentar emendas com reivindicações de eleitores, mesmo que isso possa descaracterizar o projeto do Executivo”, alerta.

Antes de se atentar às emendas aos PDLs, os distritais tentaram derrubar a Emenda 40. No final do ano passado, alguns deputados, entre os quais Júnior Brunelli (PP), Gim Argello (PMDB), José Edmar (PMDB), Pedro Passos (PMDB) e o presidente da Câmara, Benício Tavares (PMDB), chegaram a articular uma mudança na Lei Orgânica para recuperar o poder de tratar do ordenamento territorial. A oposição foi contra e o quorum de 16 votos necessário

para aprovação da proposição não foi atingido.

Os distritais esbarram na lei, mesmo quando a justificativa traz boas intenções. O petista Chico Floresta e o peefelista Fábio Barcellos propuseram a criação de parques ecológicos no Sudoeste. As duas leis, com perfis ambientais, querem garantir áreas verdes aos moradores do bairro. Mas não poderiam ser de iniciativa da Câmara Legislativa, mas do Poder Executivo.

Os peemedebistas também deram sua cota de projetos irregulares. Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), responsável por lidar com leis que tratam de terras na Câmara, José Edmar apresentou cinco projetos de lei complementar autorizando parcelamentos de terras ou mudando gabaritos de construções. O distrital Pedro Passos, atual presidente da CCJ, também deu sua colaboração. Apresentou um projeto de lei complementar propondo a liberação de um segundo pavimento para as casas da tombada Vila Planalto.

Prejuízo irreversível

A possibilidade dos deputados distritais usarem os planos diretores locais para resgatar a antiga prática de interferir no ordenamento urbano do Distrito Federal preocupa promo-

“

OS PLANOS DIRETORES REGULAMENTAM O CRESCIMENTO DAS CIDADES E IMPEDEM INVASÕES SEM CONTROLE. TUDO FICA DENTRO DAS NORMAS CORRETAS E NÃO HÁ PREJUÍZOS À QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

”

Gim Argello (PMDB)
vice-presidente da Câmara

tores do Ministério Público, arquitetos e urbanistas. Eles avaliam que medidas sem estudos técnicos e anuência da população podem prejudicar irreversivelmente a qualidade de vida na capital federal.

De acordo com o assessor de Constitucionalidade do Ministério Público do DF, Pedro Otto Quadros, a lei prevê a partici-

pação popular nas discussões dos planos diretores porque somente os moradores conseguem definir exatamente qual o melhor zoneamento de cada área. O Executivo, a quem cabe a iniciativa de elaborar os PDLs, deve ouvir a sociedade antes de concluir o ordenamento urbano.

Para a arquiteta Tânia Batella, integrante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil Seção-DF (IAB-DF), a lei determina uma série de etapas para a definição dos planos diretores. “O texto final elaborado pelo Executivo resulta de discussões com comunidade e representante de órgãos técnicos. Ainda que os deputados queiram fazer alterações no projeto, é preciso respeitar esse processo”, afirma.

Na avaliação do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) José Carlos Coutinho, a Câmara Legislativa não tem qualificação técnica suficiente para alterar os planos diretores enviados pelo Executivo. “Os critérios para elaboração das normas de ordenamento urbano são objetivos e técnicos. Não podem ficar à mercê apenas de políticos. O resultado seria perigoso para toda a estrutura urbana da cidade”. (Ana Maria Campos e Paola Lima)

MEMÓRIA

Postos de gasolina

Entre 2000 e 2001, a Câmara Legislativa aprovou 20 projetos que alteravam a destinação de áreas para postos de gasolina. Outros 13 foram suspensos na tramitação. Os projetos eram de deputados como Benício Tavares (PMDB), José Rajão (PMDB), José Edmar (PMDB) e Sílvio Linhares (PMDB). Série de matérias do *Correio* revelou o esquema de valorização de terrenos comerciais em mais de 100%, com as leis de mudanças de destinação. Os lotes eram comprados ainda para uso comercial por empresários de postos de gasolina que conseguiam depois, com os parlamentares, a alteração do uso dos lotes.

Igrejas 1

Aprovada em 2001, a Lei Complementar nº 393, do ex-deputado Edimar Pireneus (PTB), alterou de uma só vez a destinação de 26 terrenos nas quadras QNO 16, 17, 18, 19 e 20 da Expan-

são do Setor O, na Ceilândia. O projeto beneficiou 23 templos religiosos. A população chegou a reclamar, mas nada foi feito.

Igrejas 2

Uma segunda lei complementar, de nº 611, também beneficiou igrejas e templos religiosos. De autoria do atual presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PMDB), a lei mudou a destinação de 21 áreas públicas em sete cidades do DF, dez delas no Riacho Fundo I.

Condomínios

Em junho de 2002, os deputados distritais descobriram que quatro projetos de lei para regularização de condomínios estavam com irregularidade na tramitação. Os projetos, aprovados em bloco em dezembro de 2001, continham documentos falsificados e emendas incluídas fora do prazo regimental. As emendas irregulares foram anuladas pela Câmara.